

Necroinfância e a construção discursiva da segurança pública no assassinato de Thiago Menezes¹

Talita Vasconcelos Brandão²
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

O artigo parte da dissertação de mestrado desenvolvida na UFMG, sobre assassinato de Thiago Menezes. No texto em questão foca-se nas operações da necropolítica nos comentários da notícia do assassinato no Instagram do Portal G1, o artigo evidencia como discursos sobre a segurança pública acionam enquadramentos que naturalizam a violência policial e criminalizam a vítima. A análise revela como o racismo opera no ambiente digital por meio de estratégias discursivas que reforçam a política de inimizade (Mbembe). Utilizando as especificidades do racismo online proposta por Silva (2022) como ferramenta analítica, o artigo mostra como esses discursos sustentam o dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) e revelam a infância negra como alvo da necropolítica.

Palavra-chave: Racismo online; necroinfância; comentários, segurança pública.

Introdução

Este artigo deriva de um dos achados encontrados durante o desenvolvimento da dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. A dissertação foi motivada em questionar a produção e disputa de sentidos sobre a vida de crianças vítimas do genocídio negro. Com isso em mente foi analisado como os diálogos midiáticos sobre a vida de Thiago Menezes se construía, reforçavam ou contestavam a humanidade da criança.

Thiago Menezes era estudante do sétimo ano da Escola Municipal Dorcelina Gomes da Costa e sonhava em ser jogador de futebol, mas foi morto aos 13 anos pela Polícia Militar, no dia 7 de agosto de 2023, na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. O estudo partiu da análise de um vídeo publicado no Instagram do portal G1, que noticiava o crime, e a entrevista concedida por Priscila Menezes, mãe de Thiago, ao programa *Encontro*, exibida oito dias após o ocorrido. Este corpus possibilitou a análise de diferentes falantes e contextos discursivos, sendo eles os depoimentos das familiares

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Comunicação, pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: talitabrandaoufmg@gmail.com.

e a expansão enunciativa e discursiva desses testemunhos por meio dos comentários da publicação.

Metodologicamente, a pesquisa foi conduzida a partir da bricolagem, em diálogo com a proposta de corpus sensível (Pessoa, 2018). Guiada pelo *corpus* como decisão metodológica que permite que a experiência de Priscila Menezes e Nathaly Flausino seja o eixo que orienta a investigação, a escuta dos depoimentos da mãe e tia de Thiago revelaram os enquadramentos discursivos sobre a vida da criança: a infância, educação e esporte, religião e coletividade.

Aliada a bricolagem, entendida como prática criativa de recomposição epistemológica, isso permitiu construir uma escuta atenta aos fragmentos, às tensões discursivas e uso de múltiplas ferramentas analíticas e teóricas. Com base nesse primeiro movimento metodológico, foi possível construir um conjunto de termos-chave vinculados às significações da vida de Thiago para análise dos comentários. A análise combinou leitura qualitativa e mineração de dados, com apoio do programador Marcus Vinicius Moraes Oliveira, utilizando Python para o cruzamento de planilhas.

Na coleta, excluímos respostas a outros comentários, interações compostas exclusivamente por emojis, e comentários sem uma formulação de frase ou relação a Thiago e ao discurso das familiares. Assim de 3.742 comentários extraídos foram mantidos 1.463. A análise dos termos-chave implicou na observação de 374.

Assim, para compreender como os discursos de criminalização e naturalização se articulavam nos comentários, foi realizada uma análise em duas etapas. Na primeira, trabalhamos com uma planilha contendo 374 comentários previamente classificados nas três categorias: (a) discursos de criminalização; (b) negação das realidades raciais, pensados a partir das categorias de Silva (2022) sobre o racismo online; e (c) comoção, partindo de Butler (2015). A partir dessa planilha, realizamos uma mineração de dados para identificar as palavras mais recorrentes em cada grupo, gerando nuvens de palavras específicas para cada categoria. Na segunda etapa, aplicamos o mesmo procedimento na planilha com os 1.463 comentários totais extraídos da publicação. Ao comparar as nuvens, observamos um padrão significativo: nas nuvens das categorias de criminalização e naturalização, bem como na nuvem geral, a palavra “polícia” aparecia em destaque e centralidade. Além disso, termos como “bandido” e “tráfico” também figuravam com frequência nas mesmas três nuvens. Apenas a nuvem referente aos comentários classificados como comoção apresentava uma configuração distinta, sem a

centralidade do campo semântico da segurança pública. Esse padrão evidenciado pela mineração revelou que mesmo nos discurso direcionados à criança, o centro gravitacional das falas se desloca para a legitimação da ação policial e para uma lógica de combate ao crime, revelando como a segurança pública se torna o eixo articulador das narrativas que criminalizam e naturalizam a morte de Thiago. É nesse ponto que o artigo localiza seu achado: a centralidade da polícia como operador simbólico que estrutura os discursos em torno da morte de uma criança negra. Diante disso, este artigo se debruça sobre esse achado específico, a forma como o discurso da segurança pública emerge como operador da necropolítica nos comentários sobre a morte de Thiago.

Referencial teórico

Para pensar essas disputas, entendemos o racismo como dispositivo à luz de Sueli Carneiro (2023). A partir do conceito de dispositivo de Foucault (2005), como um conjunto de discursos, instituições e práticas que operam estratégias de poder e normalização. O dispositivo da racialidade é a rede de elementos reguladores estabelecidos para a dominação racista. Segundo Carneiro (2023, p. 80), este dispositivo visa a “promoção da vida dos brancos e multicídios de negros na esfera do biopoder”.

A partir dessas técnicas voltadas para dominação, Carneiro (2023, p.86): indica como “O Não Ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não Ser.”, ou seja, a constituição do *Ser*, reconhecido como humano por estar no padrão de normalização do corpo-social, ocorre pela negação do *Não-ser*, a margem da normalização e considerado menos humano. Segundo a autora, a raça esta sob o signo da morte, e realiza o papel de deixar morrer no biopoder:

Em outras palavras, o racismo é indispensável para que o poder, enquanto biopoder e com função primordial de promover a vida, venha a tirar a vida. “A função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do biopoder, pelo racismo”,¹⁴ lembra Foucault. De acordo com o filósofo, o Estado tira a vida de dois modos: pelo assassinato direto e pelo assassinato indireto, neste caso quando expõe à morte, quando multiplica os riscos de morte, quando promove a morte política dos racialmente “inferiores”. É nessa perspectiva que inscrevo a negritude sob o signo da morte, a partir da análise das distinções que se apresentam no processo nascer-adoecer-morrer ou simplesmente no processo viver-morrer de negros e de brancos na sociedade brasileira. (Carneiro, 2023, p.63)

A partir de Carneiro (2023) este artigo entende que os sentidos sobre o ser e o não-ser passam por processos comunicacionais. Conforme Guimarães-Silva (2021), a raça é um objeto comunicacional porque só existe na interação, carrega uma herança simbólica em disputa, molda percepções e organiza a forma como nos relacionamos com o outro. Guimarães-Silva (2021) propõe, então, que estamos diante de um dispositivo interacional de raça. Assim, a raça articula tensões sociais, produz inferências e aciona códigos por meio de imagens que subalternizam corpos negros.

Nesse cenário, enquanto operação do dispositivo interacional de raça nos diálogos mediatizados do assassinato de Thiago Menezes, a sobreposição dos comentários ao discurso dos familiares, encontra-se em um contexto de reprodução do racismo que ocorre na internet. Assim, o discurso dos familiares, narrativa primeira apresentada pelo vídeo publicado pelo G1, é sobreposto pelos comentários. Segundo Paveau (2021), o comentário on-line se configura como um tecnodiscurso onipresente na web, constituindo-se uma das formas primordiais dos discursos digitais nativos. Ele atua no processo de construção e recepção do sentido do texto original, ele emerge do fenômeno de escritura característico dos discursos conectados. Os comentários on-line desempenham a função de ampliação enunciativa e discursiva, estendendo o texto original e afetando sua interpretação e sentido.

Ao tratar-se do racismo presente na mídia, os comentários, enquanto ferramentas de elaboração e recontextualização de discussões apresentam-se como terreno fértil para a disseminação de discurso racista na web. Segundo a análise de Hughey e Daniels (2013), quando jornais online norte-americanos começaram a permitir que os leitores comentassem em suas notícias, notou-se o aumento de comentários racistas através do anonimato, mesmo em notícias sem relação com questões raciais.

Neste cenário, cabe ainda discutir os níveis perversos do racismo no ambiente digital. Segundo Tynes *et al* (2019) o racismo online ocorre de 3 formas: microagressões raciais online, discriminação racial online e crimes de ódio. Tynes (2019) explica que as microagressões são ataques racistas que não são facilmente identificáveis, ou são ignorados, por não apresentarem uma materialidade óbvia, como ocorre em crimes explícitos de ódio. Olhando para as pesquisas existentes sobre microagressões, Silva (2022) destaca que elas se estruturam em especificidades: a suposição de criminalidade, a negação das realidades raciais, o contínuo epistemicídio (na suposição de inferioridade intelectual e patologização de valores culturais), a

negação de cidadania, a exclusão de pessoas negras e a exotização, a última sendo mais comum contra mulheres negras.

Enquanto operações do dispositivo interacional de raça, as microagressões propostas por Tynes (2019) e Silva (2022) tornam-se particularmente perversas quando analisadas sob a perspectiva da necropolítica e da perpetuação da política de inimizade (Mbembe, 2020). Em Tynes (2019), observa-se que microinvalidação, microinsulto, deseducação e desinformação configuram formas sistemáticas de operação da violência. Já Silva (2022) identifica padrões discursivos que estruturam essa violência na naturalização da morte negra, pela negação das realidades raciais e o contínuo epistemicídio (na suposição de inferioridade intelectual e patologização de valores culturais), e pela criação do inimigo ficcional, na suposição de criminalidade, negação de cidadania e exclusão de pessoas negras.

Assim, as microagressões possibilitam comentários como *“Parabéns pra polícia, o que um menino de 13 anos fazia na madrugada? Quem pilotava a moto?”* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023), naturalizando o assassinato e/ou celebrando a morte. O poder necropolítico opera na fabricação de pessoas que vivem no limiar da vida, onde a morte se torna uma presença constante. Essa vida supérflua é desvalorizada a ponto de não possuir o sentido de humano, estando sujeita a uma morte que não exige reação ou responsabilidade. Conforme observado por Mbembe (2020), é esse vínculo de inimizade que possibilita instituir e normalizar a ideia de que o poder só pode ser obtido e exercido à custa da vida dos outros.

Dessa forma, ainda que a microagressão não tenha relação com o grau de violência e sim com sua penetração no cotidiano e impunidade, entendemos essas categorias expostas por Tynes (2019) e Silva (2022) como operações estratégicas da necropolítica no ambiente digital, evidenciando o papel da tecnologia na conformação da violência racial e na morte social de pessoas negras, enquanto formas de separação entre o ser e não-ser essas estratégias reforçam a percepção exposta por Mbembe (2016, p.128-129):

A percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança, eu sugiro, é um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade.

Ao olharmos para a morte de Thiago e sua criminalização enquanto criança negra, essa dinâmica ganha outra periculosidade, Nogueira, conceitua o impacto da violência sistemática que nega a proteção e o reconhecimento pleno das vidas negras na infância como Necroinfância:

A necroinfância é uma variação, ou ainda, um dispositivo da necropolítica que tem como objeto a infância, especificamente as crianças negras. A necroinfância pode ser definida como o conjunto de práticas, técnicas e dispositivos que não permitem que as crianças negras gozem a infância. Ou seja, não permite que as crianças negras vivenciem o que foi estipulado pela Convenção dos Direitos da Criança (CDC) de 1980, realizada pelo Unicef. (Nogueira, 2020)

A fabricação de Thiago Menezes como inimigo, seu assassinato e a desumanização que persiste mesmo após sua morte configuram um processo de transformação de crianças negras em matéria punível, ao serem enxergadas como futuro perigo. Trata-se de um mecanismo que não apenas retira dessas crianças o direito à vida e ao desenvolvimento, mas que interrompe suas existências antes mesmo que possam se realizar plenamente, são vidas interrompidas por um poder necropolítico.

A construção discursiva da segurança pública

No cruzamento da palavra polícia com a palavra traficante nos 1.463 comentários, 10% dos comentários criminalizam Thiago, 10% demonstram comoção com o assassinato e 80% naturalizam o caso. Seguindo os mesmos padrões discursivos, na palavra bandido, 10% criminalizam Thiago, 27% são em comoção e 63% naturalizam o assassinato. Nesse contexto, ao olharmos para os discursos sobre segurança pública, que aparecem majoritariamente nos comentários, eles indicam, além da criminalização e naturalização, uma exclusão e negação de cidadania, enquanto operação do racismo online (Silva, 2022).

Como exemplos de comentários temos: *“Estarei sempre do lado do certo e bandido pra mim que troca tiro com policial tem q morrer mesmo. E quem defende bandido que leve pro seu AP e cuide dele la”*, ou *“Parabéns aos policiais, entraram e fizeram o que tinha que fazer. Quem fez a merd4 foi os bandidos, calem a boca e parem de chorar!”*(Comentários extraído do Instagram G1, 07/08/2023) evidenciam essa retórica. A desumanização também se manifesta em falas como *“Isso que dá passar*

mão na cabeça de bandidos!! Crianças exibindo armas de guerra a mando de traficantes tá de monte.....☺” (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

A naturalização do assassinato prevalece como a principal tendência entre os comentários. Nessa naturalização, vale destacar que, ainda que não criminalizem diretamente Thiago, existe uma criminalização da comunidade de forma geral. Um exemplo marcante é: *“A comunidade apoia traficante, esconde traficante, bandidos e vivem debaixo da lei deles. Infelizmente ☹.”* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Além de colocar moradores como cúmplices, essa visão enquadra a violência como uma consequência inevitável, justificando-a como parte do ambiente social:

“Infelizmente no Brasil, quem sempre são os bandidos são os policiais, queria que essas pessoas que descriminam essas fatalidades passasse só um dia como policial do Rio, para que eles pudessem entender o que os caras passam para ganhar um pouco mais de 5 mil reais de salario, para lhe dar com traficantes aramados até o dente, a pressão que é entrar numa comunidade dessa onde são recebidos a bala, meu amigo, fácil acusar, agora quando um traficante mata, a comunidade fica todos calados sabe porque? Porque é a lei deles, como a lei do estado não vale nada cai para quem? Para quem tenta livrar essas pessoas das mãos desses mal elementos. Existem policiais ruins? Existem mas a ruindade começa do lado dos bandidos, mas a comunidade não pode atacar os traficantes, atacam quem pode ser punido. País de família que sai de casa sem saber se volta, e ainda tem a comunidade para sempre acusar quem tentar colocar ordem. Brasil.” (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Tais discursos eximem a polícia de qualquer responsabilidade, como ilustrado no comentário:

“O RJ está dominado pelo tráfico de drogas, mas não existe um lugar melhor para um traficante do que a cidade maravilhosa onde ele é acolhido, defendido pelos próprios moradores e o policial que arriscar sua vida para tentar acabar ou reduzir seu negócio ilícito e mortal que funciona em meio a pessoas inocentes, se houver vítimas, toda a culpa cairá sobre ele. Sinceramente, no RJ é muito mais lucrativo e seguro ser um traficante do que um policial. Uma coisa eu tenho certeza, quem defende os direitos humanos nas câmeras da Globo, não mora aí.” (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

A exclusão da cidadania dos moradores é reiterada pela negação do direito à vida e pela caracterização das favelas como espaços de exceção. Comentários como: *“Acho que os policiais deveriam entregar suas armas e deixar os traficantes dominar tudo, daí eu queria ver essa v@g@bundagem ir pra redes sociais , acusar a polícia, o cachê deve ser alto”* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) reforçam a visão. Essa mesma comoção que impõe à favela uma governança excludente, também é

a narrativa que coloca o espaço como lugar de guerra e, em alguns comentários, inclusive defende uma visão bélica:

“Única rede de TV que não entende que estamos em guerra, guerra é isso aí, não é outra nação, é guerra de narcoterroristas, governo e o povo no meio. Mas estão mais preocupados com bandidos e legalizar entorpecentes. Calma que tem como piorar mais.” (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Nesse cenário, é importante destacar também a presença de um discurso fortemente marcado por influências políticas nos comentários analisados. Em muitos deles, a defesa da ideologia de direita e o ataque a supostos “inimigos da nação” sustentam a criminalização de Thiago e servem à exaltação da força policial. Trata-se de um projeto político alinhado a discursos bélicos e autoritários, que demoniza movimentos sociais, desacredita os direitos humanos e legitima práticas violentas típicas de um Estado autoritário-conservador e protofascista. Essa perspectiva encontra eco em frases amplamente difundidas como “fuzilar a petralhada”, “bandido bom é bandido morto” e “CPF cancelado”. Nos comentários analisados vemos isso em falas como: *“Mimi, mais um CPF, parabéns a polícia!”* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023), ou *“Parabéns aos policiais, entraram e fizeram o que tinha que fazer. Quem fez a merd4 foi os bandidos, calem a boca e parem de chorar!”* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Assim como a celebração do assassinato, nos mesmos espaços discursivos, acusações de parcialidade da mídia servem para sustentar narrativas político-conservadoras. Comentários como: *“Quando que morador do morro vai acusar traficante 😊 tá louco... trabalho da globo e esquerdista e demonizar a polícia.”*, ou: *“A bala do traficante acerta um adolescente, mas os esquerdopatas fazem questão de tentar incriminar o policial. Bandido virou lei na desgraça desse país.”* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) reiteram a visão de que há uma manipulação ideológica por parte da imprensa. Assim, em defesa da ideologia de direita e contra os chamados “inimigos da nação”, a matéria veiculada é contestada. Esse cenário evidencia como a polarização não apenas estrutura os debates públicos, mas também condiciona a produção e a recepção dos discursos. Nesse contexto, o racismo é veementemente negado como fator estrutural e passa a ser tratado como uma suposta ideologia da esquerda:

“O mesmo discurso ideológico de sempre “favelado e preto a polícia mata sem piedade”. Geralmente quem fala isso é quem não tem noção de como o tráfico funciona e também não tem noção do que é ter um parente que se perdeu pras drogas por conta do tráfico ou foi morto por bandidos. Geralmente um esquerdista alienado a querer mudar o mundo com florzinha e paz no coraçãozinho!” (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Ademais, no combate a politico-ideológico, a própria noção de direitos humanos aparece como prova de criminalidade:

“Criança de 13 anos??? Fala isso pra um monte de gente que ja foi morta.. assaltada por “essas crianças de 11,12,13 anos vítimas da sociedade. Direitos humanos só defendem bandidos! Todo mundo reclama da Polícia, mas na hora que o bicho pega é para o 190 que todo mundo liga, não é pra Globo lixo, nem para o Direitos Humanos. A Polícia é a ÚNICA LINHA FRENTE contra o crime! Tira a Polícia de circulação pra vc ver o que acontece.” (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Diante dos discursos sobre segurança pública, é possível concluir que os comentários analisados - que majoritariamente naturalizam o assassinato de Thiago Menezes - revelam uma articulação que combina a negação político-partidária da legitimidade jornalística da Globo com a negação da inocência de Thiago, sustentada por imaginários racistas associados à favela. Essa dupla negação reforça narrativas que naturalizam o assassinato como uma resposta legítima dentro de um contexto de criminalização estrutural dos territórios periféricos e de seus moradores. Assim, os discursos evidenciam como as representações da favela se tornam espaços de disputa simbólica, legitimando práticas de violência estatal enquanto negam a humanidade dos sujeitos afetados.

Na madrugada de 7 de agosto de 2023, Thiago Menezes foi morto pela polícia militar na Cidade de Deus (RJ). Thiago Menezes não apresentava ficha criminal, porém, após sua morte, a própria polícia, em um primeiro momento, acusou a criança, afirmando que dois homens em uma moto atiraram contra a equipe e “um criminoso ficou ferido no confronto”. Já em uma segunda versão, a PM do Rio afirmava que a moto estava em alta velocidade e que houve troca de tiros. A família de Thiago Menezes desempenhou um papel crucial ao preservar a dignidade e o valor da vida de Thiago em meio a um contexto de criminalização da criança. Após investigação, as versões foram desmentidas e foi apurado que, na cena do crime, os PMs Roni Cordeiro de Lima, Diego Pereira Leal, Aslan Wagner Ribeiro de Faria e Silvio Gomes dos Santos plantaram uma pistola Glock e munição ao lado de Thiago para simular um confronto armado. Além da deturpação da cena do crime, foi revelado que os assassinos de Thiago

estavam em uma operação ilegal. O que vemos neste artigo é como o contexto de violência se perpetua em repercussões midiáticas que naturalizam a morte da criança, a operação necropolítica que atuou no fazer morrer no dia 07 de agosto de 2023, continua no deixar morrer em discursos de suposição de criminalidade, a negação das realidades raciais, contínuo epistemicídio, negação de cidadania e exclusão de crianças negras (Silva, 2022).

Referências

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto?. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 4. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GUIMARÃES-SILVA, Pâmela. **De Lélia Gonzalez a Marielle Franco**: mulheres negras e seus processos comunicacionais interseccionais de resistência. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

HUGHEY, M. W.; DANIELS, J. Racist comments at online news sites: a methodological dilemma for discourse analysis. **Media, Culture & Society**, v. 35, n. 3, p. 332-347, 2013.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

NOGUERA, Renato. Necroinfância: por que as crianças negras são assassinadas? **Portal Lunetas**. Disponível em: <https://lunetas.com.br/necroinfancia-criancas-negras-assassinadas/>. Acesso em: 24 out. 2024.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Tradução de Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021

PESSOA, Sônia Caldas. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência**: experiências e partilhas. Belo Horizonte: PPGCOM, 2018.

TYNES, Brendesha M. et al “From Racial Microaggressions to Hate Crimes: A model of Online Racism Based on the Lived Experiences of Adolescents of Color. In: TORINO, Gina; et al: **Microaggression Teory Influence and Implications**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2019